

---

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**R\$ (1,00)**

### **NOTA 01 - ATIVIDADES**

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- a) Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- b) Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- c) Produzir massa asfáltica;
- d) Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- e) Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- f) Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- g) Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Informação;
- h) Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- i) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

### **NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 10 de março de 2023. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

### **NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

---

#### **b) Aplicações financeiras**

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

#### **c) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para perdas dos investimentos sem respectiva recuperação ou pelos rendimentos auferidos.

#### **d) Imobilizado**

Está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº 07.

O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

#### **e) Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de seu valor recuperável.

Esses ativos estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes.

Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

#### **f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação

às demonstrações contábeis são ajustadas pelo seu valor presente.

#### **h) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que os recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável seja feita. Essa avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias variadas de causas processuais.

### **NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS**

#### **4.1 – Parcelamento Lei 11.941/2009 de 27.05.2009**

No exercício de 2022, foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos Federais e contribuições previdenciárias.

<b>Circulante</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	115.392	2.776.676
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	68.725	1.649.440
Receita Federal do Brasil - demais débitos	7.745	185.608
<b>TOTAL</b>	<b>191.862</b>	<b>4.611.724</b>

<b>Não Circulante</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	4.915.809	4.915.809
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	2.906.058	2.906.058
Receita Federal do Brasil – demais débitos	326.083	326.083
<b>TOTAL</b>	<b>8.147.950</b>	<b>8.147.950</b>

### **NOTA 05 - VALORES A RECEBER**

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais:

#### **5.1 – Duplicatas a receber**

<b>Cliente</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
----------------	-------------	-------------

---

**Prefeitura Municipal de Santos**

Serviços Conservação de Vias	1.291.568	328.061
Serviços Diversos (Limpeza, Engenharia e Arquitetura, Informática)	7.887.437	6.345.661

**Terceiros**

Serviços Diversos	351.447	484.690
-------------------	---------	---------

<b>Total Geral</b>	<b>9.530.452</b>	<b>7.158.412</b>
--------------------	------------------	------------------

<b>5.2 – Valores a Receber</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
--------------------------------	-------------	-------------

**Circulante**

Outros valores a Receber	8.437	10.714
--------------------------	-------	--------

<b>Total no Circulante</b>	<b>8.437</b>	<b>10.714</b>
----------------------------	--------------	---------------

## NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

### 6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

### 6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

### 6.3 – OUTROS VALORES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em decorrência de alguns processos trabalhistas em andamento, a empresa mantém valores de depósitos recursais em contas judiciais.

#### Composição

<b>6.1 – Outras Contas a Receber</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Adiantamentos	197.238	172.348
Outros Créditos	385.802	361.089

#### 6.2 – Retenções

Retido na fonte – ano base 2022	897.482	-
Retido na fonte – ano base 2021	535.132	726.388

Retido na fonte – ano base 2020	-	116.520
<b>6.3 – Imposto s/Circ.Mercadorias</b>	-	<b>89.780</b>
<b>Total</b>	<b>2.015.654</b>	<b>1.466.125</b>

**Não Circulante**

6.3-Outros Valores/Depósitos Judiciais	605.725	1.441.608
<b>Total</b>	<b>605.725</b>	<b>1.441.608</b>

## NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
				2022	2021
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	7.935.874	14.524.151	15.422.551
Máquinas/ Equipamentos	10/20	2.947.041	2.635.026	312.015	350.348
Móveis/ Utensílios	10/20	964.556	671.663	292.893	177.225
Veículos	20	1.202.777	1.049.777	153.000	-
Instalações	10/20	245.913	110.152	135.761	139.379
Outros	10/20	79.724	63.170	16.554	10.694
<b>Total</b>		<b>101.341.715</b>	<b>12.465.662</b>	<b>88.876.053</b>	<b>89.541.876</b>
<b>Intangível</b>	<b>10/20</b>	<b>414.228</b>	<b>388.423</b>	<b>25.805</b>	<b>35.220</b>

## NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

Composição	2022	2021
<b>INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS</b>		
Contribuições a vencer	590.610	718.529

<b>FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS</b>	425.319	374.155
<b>Outras Obrigações</b>	12.601	6.921
<b>Total</b>	<b>1.028.530</b>	<b>1.099.605</b>
<b>PARCELAMENTOS</b>		
<b>LEI 11.941- OBRIGAÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS</b>		
Parcelamento 180 meses	115.392	2.776.676
<b>Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil</b>		
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	549.137	549.137
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	631.689	631.689
<b>Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional</b>		
Honorários Advocatícios – 60 parcelas	137.849	137.849
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	1.137.042	1.516.056
<b>TOTAL</b>	<b>2.571.109</b>	<b>5.611.407</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.599.639</b>	<b>6.711.012</b>

## NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
<b>Composição</b>		
<b>Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS</b>		
Contribuições a Vencer	526.742	299.104
Contribuições Vencidas	27.731.237	19.908.674
<b>Programa Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP</b>		
Contribuições a Vencer	114.238	64.788
Contribuições Vencidas	5.281.364	3.638.323
<b>IMPOSTO DE RENDA NA FONTE</b>		
Contribuições a vencer	424.540	376.779
<b>Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS</b>		
Contribuições a vencer	7.489	5.379
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	14.059	5.958
<b>Total</b>	<b>34.099.669</b>	<b>24.299.005</b>
<b>PARCELAMENTOS</b>		
<b>Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS</b>		

Parcelamento 180 meses	378.841	2.238.211
<b>Total no Circulante</b>	<b>378.841</b>	<b>2.238.211</b>

**Não circulante**

**Obrigações Tributárias**

**Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS**

Parcelamento 180 meses	3.232.141	3.534.513
TRIBUTOS DIFERIDOS	25.343.737	25.649.193
<b>Total</b>	<b>28.575.878</b>	<b>29.183.706</b>

Os débitos com os impostos, Cofins e Pasep estão sendo contestados na justiça, a Empresa através do escritório TREVISAN ADVOGADOS ajuizou Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, a ação tem como objeto a declaração de isenção dos impostos sobre os repasses da Prefeitura Municipal de Santos.

**NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO**

	2022	2021
<b>10.1 – Composição</b>		
<b><u>OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIARIAS</u></b>		
<b><u>I.N.S.S./SALÁRIO EDUCAÇÃO</u></b>		
Parcelamento 240 meses	145.010.491	145.010.491
<b><u>LEI 11.941-OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS</u></b>		
Parcelamento 180 meses	4.915.809	4.915.809
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	228.807	777.943
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	368.485	1.000.174
<b>Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional</b>		
Honorários Advocatícios – 60 parcelas	91.900	229.749
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	379.014	1.137.043
<b>Total</b>	<b>150.994.506</b>	<b>153.071.209</b>

**OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS**

**LEI 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS**

Parcelamento 180 meses	3.232.141	3.534.513
<b>Total</b>	<b>3.232.141</b>	<b>3.534.513</b>

### **OUTRAS OBRIGAÇÕES**

#### **Amortização Parcelamento-Prefeitura Municipal de Santos-PMS**

Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002	150.589.086	131.878.029
Fundo de Participação Municipal - FPM	-	-
Outras Amortizações-Parcelamento Convencional	4.473	4.473
Obrigações com Ações Judiciais	740.437	730.717
Parcelamento Fornecedor	1.980.992	-
Tributos Diferidos	25.343.737	25.649.193
<b>Total</b>	<b>178.658.725</b>	<b>153.262.412</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>332.885.372</b>	<b>314.868.134</b>

## **10.2 – Parcelamentos**

### **10.2.1 – INSS**

O saldo de R\$ 145.010.491 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias sua a amortização estava sendo realizada através da retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios -FPM, os valores foram retidos até junho/2022, com o término do prazo do Termo de Amortização de Dívida Fiscal - Tad nº 60.150.819-0, conforme cláusula 9ª determinava o prazo de 240 meses para a amortização da dívida, o saldo remanescente seria repactuado ao final da vigência do acordo, desta forma, a Prodesan está acompanhando junto a Prefeitura Municipal de Santos as condições que serão firmadas para resolução do parcelamento do saldo remanescente.

### **10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02**

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garante o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da PRODESAN junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Firmado com a Prefeitura o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2022, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 150.589.086.

### 10.2.3 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

### 10.2.4 – Parcelamentos – Lei 11.941/09 Conforme nota explicativa nº 4.

### 10.2.5 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

## NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

### Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

<b>Composição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		
Férias e Encargos	7.084.089	6.847.633
<b>Total</b>	<b>7.084.089</b>	<b>6.847.633</b>
<b>OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS</b>		
Circulante	568.793	3.303.329
Não Circulante	683.562	687.037
<b>Total</b>	<b>1.252.355</b>	<b>3.990.366</b>
<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b>		
Não Circulante	56.875	43.680
<b>Total</b>	<b>56.875</b>	<b>43.680</b>
<b>Total Geral</b>	<b>8.393.319</b>	<b>10.881.679</b>

As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado.

## NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

## **NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO**

A situação patrimonial da empresa no exercício de 2022 apresentou prejuízo, o fator principal foi os encargos financeiros no montante de R\$ 18,1 milhões referente a multa, juros e correção monetária com parcelamentos firmados, destacando os parcelamentos Lei 11941/2009 e Lei 10522/2002 conforme termo 43/2011 celebrado com a Prefeitura Municipal de Santos (nota 10.1). O resultado seria superavitário, excluindo os encargos financeiros na ordem de R\$ 4 milhões.

### **13.1 – Despesas com Pessoal**

As despesas com folha de pagamento e encargos sociais representaram no exercício, um dispêndio de R\$ 59 milhões.

### **13.2 – Capital de Giro**

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, neste exercício não ocorreu aporte de recursos pela acionista majoritária.

### **13.3 – Encargos Financeiros**

Os encargos financeiros com multa, juros e atualização monetária são decorrentes principalmente da dívida com o parcelamento da Lei 11.941/2009 e LEI 10.522/2002, no exercício atingiu o montante de R\$ 18,1 milhões.

### **13.4 – Receitas Operacional Líquida / Custo dos Serviços / Produtos / Lucro Bruto**

Ocorreu um aumento de R\$ 9,7 milhões na receita operacional equivalente a 14 % em comparação ao exercício anterior, os custos dos serviços /produtos aumentaram em R\$ 4,1 milhões equivalente a 7 %. No exercício foi obtido um lucro operacional de R\$ 18,6 milhões equivalente a 24 % da receita operacional líquida.

### **13.5 - Resultado do Exercício**

No exercício de 2022, apurado o prejuízo de R\$ 13,9 milhões, o resultado do exercício foi impactado principalmente pelos encargos financeiros no montante de R\$ 18,1 milhões conforme nota 13.3.

## NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 4.104.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detém 4.101.270.728 ações, correspondente a 99,9%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de Ajustes de Avaliação Patrimonial até a sua efetiva realização.

## NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2022 estão assim constituídas:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Edifícios	21.915.000
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	936.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	936.000
Veículos – Danos Morais	312.000
<b>Total</b>	<b>24.099.000</b>

---

ODAIR GONZALEZ  
Diretor Presidente

---

GEONISIO PEREIRA DE AGUIAR  
Diretor Administrativo-Financeiro

---

REGINA RODRIGUES DOS SANTOS  
CRC 1SP 158.507/O-0